

# Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930)

WILSON CANO

Nosso objetivo é destacar as razões fundamentais pelas quais as principais regiões cafeeiras, no período assinalado, tiveram distintas dinâmicas de crescimento e de transformação sócio-econômica. Ou, de outra forma, indagar porque essas regiões, guardadas suas proporções, não tiveram processos de desenvolvimento semelhantes ao de São Paulo.

O eixo central da análise está dirigido para o exame das condições em que pode (ou não) se constituir o "complexo cafeeiro", sua diversificação e subsequente superação.

Embora o café também fosse cultivado em outras regiões do País, este texto se restringiu aos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo que juntos perfaziam mais de 95% da produção nacional<sup>(1)</sup>.

(1) Embora a bibliografia cafeeira seja ampla, estas notas — salvo citações específicas — estão nos seguintes textos: (São Paulo e Rio de Janeiro): CANO, W. (1983 e 1981);

## 1. O Café Escravista no Rio de Janeiro

São conhecidas as pré-condições que possibilitaram ao Brasil independente sua reinserção na economia internacional, após a derrocada da mineração do ouro no século XVIII e da manutenção de seus dois principais produtos de exportação — o açúcar e o algodão —, como mercadorias marginais no Exterior.

As principais medidas decorrentes da vinda da família real (1808) anteciparam, na verdade, o processo de independência: a liberação dos portos e a liberdade de comércio e da indústria, praticamente liquidavam o estatuto colonial. A criação do primeiro banco e a maior circulação

CARDOSO DE MELO, J. M. (1982); STEIN (1961); TAUNAY (1943); CARVALHO FRANCO, M. S. (1969) e VIOTTI DA COSTA (1966); (Minas Gerais): LIMA, J. H. (1981) e NOGEURIA DA COSTA, F. (1978); Espírito Santo): ROCHA % COSSETTI (1983).

## REGIÕES CAFFEEIRAS

monetária reforçaram o surgimento de uma burguesia nacional.

É esta burguesia, apoiada desde cedo pelo Estado, que vai promover aquela reinserção através do café. As condições básicas para o sucesso dessa cultura dependiam fundamentalmente:

- da existência dessa burguesia, de posse de capital-dinheiro;
- da existência de terras aptas àquele cultivo;
- da existência da mão-de-obra;
- da existência de uma demanda externa para o produto.

A formação da burguesia já vinha ocorrendo, permissivamente, "nos poros da colônia" e a vinda da Corte para o Brasil reforçou-a.

A região próxima ao Rio de Janeiro oferecia as terras necessárias ao latifúndio cafeeiro, particularmente aquelas situadas no Vale do Paraíba. A questão da mão-de-obra foi resolvida pela "solução" escravista, aproveitando-se, de início, de remanescentes da mineração.

Embora a demanda externa pré-existisse, foi consideravelmente alargada pela rebaixa dos preços promovida pela oferta brasileira. Com isto conseguiu-se a "generalização do consumo" do café no mercado internacional, o que se deu entre 1830 e 1850. A produção no Rio de Janeiro atingiu 1,0 milhão de sacas em 1835, saltando para 1,5 em 1840, para 1,8 em 1870, atingindo o apogeu em 1882, com 2,6 milhões. Daí em diante, viria a derrocada.

Ao se instituir como escravista e não superar esta condição, o café do Vale do Paraíba assinava seu próprio atestado de óbito. Com efeito, o término do tráfico

negreiro entre 1850 e 1856 precipitaria o preço dos escravos para o alto. Em que pese ter ocorrido importante traslado inter-regional de escravos, os preços atingiram níveis antieconômicos: da faixa dos 250 a 440 mil-réis vigentes entre 1820-1840, saltaram para a de 700 mil réis a 1 conto de réis no término do tráfico e atingiram a fantástica cifra de cerca de 3 contos de réis a partir de 1875. À época, a província do Rio de Janeiro detinha cerca de 370.000 escravos, cifra só ligeiramente superada por Minas Gerais.

A explosão dos preços do escravo não apenas arrebatava o cálculo econômico: seu custo e a diminuição de sua oferta — porque não se pode fazer uma reprodução mercantil — obstavam a marcha da expansão do plantio, ou, de outra forma, impediam a continuidade da acumulação de capital na própria atividade.

A agravante do problema é que, com o aumento do preço e com a diminuição da oferta, o Vale do Paraíba foi forçado a especializar e intensificar ainda mais o trabalho do escravo. Isto obrigou aquela cafeeira a importar, crescentemente, os gêneros alimentícios de que necessitava — a preços também crescentes — aumentando ainda mais a carga monetizada de seus custos.

A atividade escravista predatória e a topografia da região forçaram a marcha do café para o interior, à procura de terras virgens e férteis. Isto só fez aumentar o preço da terra, que, entre 1870 e 1883, duplicou. Com terra e escravos mais caros esse café mais interiorizado passava também a sofrer maiores custos de transporte.

A ausência de um sistema financeiro, a subordinação que o capital mercantil exercia sobre esse café e a pressão violenta de seus custos econômicos abreviaram sua agonia. Sua fase áurea de expansão — o início da década de 1870 e a de 1880 — fez-se a custos crescentes. E a concorrên-

TABELA 1

PRODUÇÃO EXPORTÁVEL DE CAFÉ DAS  
PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS  
(1.000 sacas)

Média Anual do Período	São Paulo		Rio de Janeiro		Minas Gerais		Esp. Santo		Soma	
	vol.	%	vol.	%	vol.	%	vol.	%	vol.	%
1876-1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,0
1881-1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100,0
1891-1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,0
1901-1910	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100,0
1911-1920	9.306	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100,0
1921-1930	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100,0

Fontes: (SP, RJ e MG): TAUNAY, A. de E. e FRAGA, C.C. (Dados ajustados aos de Taunay); (ES): ROCHA & COSSETTI.

cia encarregou-se do resto: a tabela 1 mostra que é justamente nesse período que a cafeicultura do Oeste Paulista, do Espírito Santo e de Minas Gerais duplica sua produção, ultrapassando largamente a do Rio de Janeiro.

Sua derrocada só não foi mais drástica, graças à introdução da máquina de beneficiamento, a partir da década de 1870, e da ferrovia. Ambas são atividades poupadoras de mão-de-obra e redutoras de custos. Contudo, ao serem introduzidas em uma economia escravista decadente, não tiveram o sucesso apresentado em outras regiões. As máquinas de beneficiamento do Vale do Paraíba eram mais rudimentares do que as do Oeste Paulista. As ferrovias ali implantadas não tiveram o caráter desbravador das de São Paulo e a crise do Vale do Paraíba arrastou-se inexoravelmente para a encampação pelo Estado.

A transição para o regime de trabalho livre ali não prosperou. Requereu o dispositivo institucional da Abolição, ao contrário do Oeste Paulista. A precariedade da constituição de seu mercado de trabalho fez com que ali viessem a ser praticadas as mais altas taxas de salário do País.

O fazendeiro e o comissário de café, acorrentados à crise econômica e à financeira, não se recuperaram. Poucos ainda conseguiram migrar a tempo para outras regiões cafeeiras, salvando-se da falência.

#### Indústria e Agricultura

A urbanização do Rio de Janeiro, a estrutura da comercialização do café e a centralização do aparelho do Estado na cidade do Rio de Janeiro evitaram que a derrocada fosse ainda maior.

Note-se (tabela 2) que às vésperas da Abolição a região detinha ainda o segundo plantel escravista do país. Era bem maior que o de São Paulo, que, entretanto, já contava com maior capacidade produtiva cafeeira. Contudo, sua concentração populacional era superior à de São Paulo. A população da capital da província do Rio de Janeiro e a do Distrito Federal, juntas, eram em 1872 pouco mais de dez vezes a da cidade de São Paulo; em 1900 era ainda 3,6 vezes maior. Porém, entre os censos de 1900 e 1920 já se mostraria uma desaceleração do impacto da expansão demográfica e urbana do Rio de Janeiro.

TABELA 2  
POPULAÇÃO ESCRAVA  
(em percentagem)

Províncias	1864	1872	1883	1887
São Paulo	5	10	13	15
Minas Gerais	15	25	24	26
Rio de Janeiro(*)	17	19	21	22
Espírito Santo	1	2	2	2
Outras Províncias	62	44	40	35
Brasil	100	100	100	100
Brasil (n.º)	1.715.000	1.510.806	1.240.806	723.419

Nota: ( \* ) Compreende a cidade e a província do Rio de Janeiro.

Fonte: Várias. Apud: MERRICK, T.W. & GRAHAM, D.H.

O fato de ser a hospedeira do Governo Central possibilitou à cidade do Rio de Janeiro urbanizar-se mais cedo. Concedeu-lhe a maior infra-estrutura — haja vista o porto do Rio de Janeiro — a centralização comercial e financeira do País, e a concentração, em minúsculo espaço urbano, de boa parte do gasto público federal, ensejando-lhe amplo emprego público e de serviços a seus habitantes.

Este fato pode ser melhor comprovado em 1939, ano inicial de nossas Contas Nacionais: a renda gerada pelo governo no antigo estado da Guanabara perfazia 12% da renda regional, enquanto em São Paulo atingia apenas 4% e, nas demais regiões do País, algo acima de 6%; sua renda total terciária perfazia 75% da renda regional, cifra que caía para 55% em São Paulo e 44% nas demais regiões.

Essas condições facultaram, como já se disse, a concentração local de uma das maiores frações do capital mercantil nacional. Ali, portanto, centralizou-se o comércio e o financiamento de nossos principais fluxos mercantis — tanto externos quanto internos. Dessa forma, o capital comercial sediado no espaço urbano do antigo Distrito Federal obrigou as regiões cafeeiras — Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo (esta última

até o momento em que implanta o porto de Santos) — a se tornarem verdadeiras regiões tributárias daquele espaço. Isto implicava a apropriação pelos agentes econômicos daquele espaço urbano de grande parte dos lucros, dos salários e dos impostos gerados pelas cafeiculturas regionais.

Com isto, essa burguesia pôde reproduzir seu capital, criando no Rio o primeiro espaço industrial mais significativo do País. O censo de 1920 mostra que as empresas industriais sobreviventes a essa data e instaladas até 1889 na Guanabara perfaziam 57% do capital industrial do País; a tabela 5 mostra claramente essa predominância até 1907: 30,2% do valor da produção industrial do País era ali gerado e apenas 7,6% no Estado do Rio de Janeiro.

A precocidade desse implante industrial e a crise cafeeira do Vale do Paraíba e da Zona da Mata de Minas Gerais cortaram boa parte do fôlego dessa formação industrial. Ao mesmo tempo, o dinamismo do café em São Paulo já mostrava, sem sombra de dúvida, que outra economia se formara no País: a do complexo cafeeiro capitalista.

A região do Rio de Janeiro ainda se manteve como segundo espaço nacional

para a indústria, mas sua agricultura acompanhou de certa forma sua derrocada cafeeira. A tabela 4 evidencia a questão. A região perde posição no contexto do País, ao cair de 5,7% da produção nacional de lavouras, em 1919, para apenas 3,8% em 1939; no cômputo total do setor agropecuário, aquelas cifras passam de 5,2% a 3,6%. Dificultada a transição capitalista na região, sua agricultura não se pôde diversificar o suficiente para manter a antiga posição. O censo de 1920 já mostrava, aliás, que, se retirada desse cômputo a produção de café, o peso dessa agricultura baixava a 3,8% do total nacional (inclusive café).

Após a Abolição sobreveio-lhe a crise do Encilhamento e, em seguida, a longa crise cafeeira de 1897-1905. Graças às políticas oficiais de valorização do café, a cafeicultura fluminense pôde apenas sobreviver produzindo, contudo, menos da metade do que produzira no último quartel do século XIX. A construção do porto de Santos e as melhorias feitas no de Vitória desviariam parte do café mineiro e capixaba, antes comercializados e exportados pela praça do Rio de Janeiro.

Em suma, as relações sociais de produção ali vigentes e as peculiaridades da comercialização e do financiamento do café não permitiram a constituição de um complexo cafeeiro como o que surgiria em São Paulo.

## 2. O Café em Minas Gerais

A constituição da cafeicultura escravista de Minas Gerais seguiu de perto os passos da fluminense. Basicamente localizada na Zona da Mata, onde predominou até a primeira década do atual século, expandiu-se, na segunda e na terceira décadas para a Região Sul, limítrofe com São Paulo.

Ao contrário da fluminense, a cafeicultura mineira não perderia sua posição relativa, mantendo, entre 1876 e 1930, parti-

cipação em torno de 20% da produção das quatro regiões aqui estudadas.

Até recentemente a escassa bibliografia sobre o café em Minas Gerais não nos permitia o entendimento sobre certas especificidades dessa região. Felizmente, alguns trabalhos vindos a público nos últimos anos possibilitaram melhor conhecimento do aumento<sup>(2)</sup>.

Uma primeira especificidade de Minas Gerais é sua constituição em sub-regiões (Mata, Sul, Metalúrgica, Triângulo, Oeste etc), até recentemente pouco integradas entre si.

Uma segunda especificidade consistia no fato de que, a despeito de ser o café a principal atividade mercantil e exportadora, não era em sua região que se concentrava o maior número de escravos. A rigor, o café em Minas Gerais utilizou algo em torno de 25% do contingente escravo provincial.

Este fato gerou recente controvérsia, pois se é verdade que o café ocupou apenas aquela cifra, é também verdade que as demais regiões, cuja economia era escassamente mercantilizada, detiveram cerca de 250.000 escravos, entre 1872 e 1880, perfazendo 75% do plantel de Minas Gerais.

O que é inquietante não é a menor participação do café e sim o fato de como se pode manter esse imenso contingente escravo em regiões de escassa mercantilização. A controvérsia, na verdade, baseia-se num recente trabalho de Martins, o qual afirma que todo esse contingente teria sido importado. O autor destas notas, contudo, levanta a hipótese de que poderia ter havido uma grande reprodução natural dos escravos sediados nas demais regiões

(2) As recentes teses de mestrado de LIMA, João H. (Café e Indústria em Minas Gerais) e de NOGUEIRA DA COSTA, Fernando (Bancos em Minas Gerais — 1889-1964) defendidas na Unicamp propiciaram excelentes estudos sobre a questão.

## REGIÕES CAFEEIRAS

de Minas Gerais, dado que uma economia escassamente mercantilizada dificilmente teria recursos para comprar tal acervo escravo<sup>(3)</sup>.

Porém, ainda que hoje não se possa resolver esta controvérsia, é ponto pacífico o fato de que a cafeicultura mineira se beneficiou da existência daquele plantel, não sofrendo o efeito da alta dos preços do escravo, com igual intensidade ao verificado no Vale do Paraíba. Tanto é verdade que a produção média na década de 1880 em Minas Gerais foi 56% maior do que a verificada no período 1876-1880, ao passo que a do Rio de Janeiro cresceu apenas 9%. Na primeira década republicana a produção cresceu 49% em relação à última do Império, enquanto a do Rio de Janeiro decresceu 58%.

A historiografia registra atitudes políticas e reivindicações econômicas da cafeicultura mineira no sentido da busca de solução para a "Questão da Mão-de-Obra", como era denominado o problema da "falta de braços", no limiar da Abolição, tal como ocorreu em todas as regiões cafeeiras.

Contudo, embora a alternativa da imigração européia fosse a mais aclamada, só em São Paulo ela vingou plenamente.

Em Minas Gerais — na Zona da Mata — não foi essa a solução. Embora a crise da transição para o trabalho livre não tenha impedido a continuidade da incorporação de mais terras e de mais mão-de-obra, dando continuidade à acumulação de capital, essa cafeicultura, subordinada ao capital mercantil sediado no antigo Distrito Federal e ao porto do Rio de Janeiro, não teve condições de aplicar a solução do "trabalhador europeu assalariado".

Ali, a saída para essa crise foi outra,

(3) Essa controvérsia pode ser vista nos trabalhos de MARTINS (1980) e de CANO & LUNA (1983).

bem peculiar. Retalhou-se o latifúndio em pequenas propriedades, a maior parte das quais passou a ser explorada no regime de parceria. É possível até que essa peculiaridade mineira tenha se desdobrado em mais uma: a de que talvez tenha sido a única região cafeeira a incorporar produtivamente os "homens livres que viviam à margem da ordem escravocrata"<sup>(4)</sup>.

Contudo, tal transição, não constituindo o regime do assalariamento, não gerou essa força produtiva capitalista. Assim, não pôde também constituir um complexo cafeeiro.

Acrescente-se a isso a continuidade da dependência de Minas Gerais ao capital mercantil sediado na Guanabara, só em pequena parte atenuada pela ação promotora do desenvolvimento que o governo do Estado de Minas Gerais manteve.

Por último, cabe lembrar que esse estado, por ser interior, não possui saída própria para suas exportações. Estas, em pequena parte, saíam por Santos (as do Sul de Minas, provavelmente) e por Vitória e a maior parte continuava a depender do porto do Rio de Janeiro.

Essa deficiência, que implicava a não retenção local de parte do excedente, criou outra dependência. A maior parte das ferrovias que serviam a esse estado não eram de sua propriedade. As duas principais: a Mogiana e a Leopoldina pertenciam, a primeira, ao capital cafeeiro privado de São Paulo e a segunda ao governo federal. Já no início do atual século, a maior parte das ferrovias de Minas Gerais estavam encampadas pelo poder público estadual e federal.

### Indústria e Agricultura

Certamente, o governo e as elites de

(4) Entenda-se que isto constitui hipótese para futura investigação, tendo em conta a escassa imigração européia ocorrida na região.

Minas Gerais perceberam, após a colossal expansão cafeeira paulista entre 1876 e 1897, que as oportunidades para a economia da província não poderiam ser muito melhores do que até então haviam sido.

Ainda que seu café se tivesse expandido, tomando parte do terreno perdido pela província fluminense, Minas não poderia emparelhar com São Paulo, e nem substituir o rígido sistema de comercialização e financiamento radicado na praça do Rio de Janeiro.

Assim sendo, não teria condições de diversificar sua economia, como ocorrera no antigo Distrito Federal, e como ocorria em São Paulo, com a importante implantação de grandes indústrias nas duas últimas décadas do século XIX.

Por outro lado, se deixava de manter sua posição econômica, pois perdia terreno para São Paulo, corria também o risco de perder sua posição política, pois embora mantivesse, entre 1872 e 1900, população equivalente a 20,5% do total nacional, a de São Paulo, no mesmo período, crescia de 8,4% para 13,1% enquanto a fluminense e carioca, somadas, apresentavam ligeiro declínio (ver tabela 3). Sua população, no confronto com a nacional, diminuiria para 19,2% em 1920, sendo em 1939 superada pela paulista (16,4% contra 17,4%). Dessa forma, Minas também teria ameaçado seu coeficiente de representação política federal.

Detendo ainda grande peso político no contexto nacional, utilizou-o largamente. Seu aparelho de estado foi bastante e precocemente empregado para tentar compensar sua estrutural debilidade econômica.

Assim foi com a gestação dos famosos bancos de Minas Gerais, como demonstrou Nogueira da Costa. Dada a pequena capacidade dinamizadora da cafeicultura mineira, esse governo não só fomentaria a

criação de bancos oficiais como a de particulares.

Por outro lado, a rarefação e dispersão urbana de Minas Gerais bem como o problema da não-articulação de suas próprias regiões também suscitou importante ação governamental, com a criação da nova capital — Belo Horizonte — em 1897, que causaria significativo impacto econômico e financeiro-imobiliário nesse estado.

A despeito de tais esforços e além da diminuição relativa do contingente demográfico mineiro, sua urbanização permaneceria rarefeita, pequena (13% da população urbana do Brasil em 1939) e dispersa. A própria Belo Horizonte, quase quatro décadas depois de criada, era ainda uma cidade de 200 mil habitantes.

Este processo demográfico é efeito e ao mesmo tempo causa do processo de desenvolvimento econômico da região. Sua agricultura, no decorrer da expansão cafeeira, não se diversificou suficientemente, certamente por sua menor possibilidade de alcançar mercados monetizados.

Com a crise cafeeira de 1929, sua agricultura, ao contrário da congênere paulista, não só não se diversificou como também perdeu peso no contexto nacional: sua produção (de lavouras), que em 1919 totalizava 20,4% do total nacional, em 1939 estava reduzida a 13,5%; computando-se o total da produção agropecuária, aquelas cifras passaram a ser de 21,0% e 15,8%, respectivamente (ver tabela 4).

Minas Gerais perdia terreno não só para São Paulo — que compensava largamente o desastre cafeeiro — mas também para as demais regiões do País notadamente do Sul.

A grande transformação ocorrida em Minas Gerais dar-se-ia no setor industrial.

Sua indústria, dada a dispersão urbana, a precariedade de sua cafeicultura e as

grandes distâncias que separavam Minas de São Paulo e do Rio de Janeiro, estruturou-se, fundamentalmente, de forma dispersa e caracterizada pela pequena e média indústria. O censo de 1907 mostra que das 529 indústrias mineiras ali registradas, apenas duas poderiam ser consideradas de grande porte.

Essa indústria, assim protegida, conseguiria sobreviver mesmo durante a primeira fase da integração do mercado nacional (1930-1955). Contudo, na década de 1920 seu setor metalúrgico passaria por profunda alteração, com a instalação da siderurgia integrada. Sua grande expansão deu-se justamente pela possibilidade de sua integração metalúrgica com o centro industrial de São Paulo e, secundariamente, com o do Rio de Janeiro. Com efeito (ver tabela 5), Minas Gerais foi, além de São Paulo, o único estado que ganhou peso na participação da produção industrial do País: de 4,4% em 1907, passou a 5,6% em 1919 e a 6,5% em 1939. Sua taxa média anual de crescimento da produção industrial entre 1919 e 1939 (7,5%) foi maior ainda do que a obtida por São Paulo.

Como se tentou mostrar, a despeito da subordinação da cafeicultura de Minas Gerais, que não proporcionou a criação de um complexo cafeeiro, e da débil recuperação de sua agricultura, sua expansão industrial e bancária foi notável. Isto, contudo (e por isso mesmo), não foi capaz de evitar o precoce êxodo rural mineiro que, segundo o censo de 1939, fazia com que Minas Gerais perdesse 8,6% de sua população para o resto do País, batendo precocemente um recorde nacional de expulsão humana.

### 3. O Café no Espírito Santo

Também a cafeicultura capixaba apresentou suas peculiaridades. Seu início, durante a década de 1840, ocorre na região sul da província, substituindo a cultura da cana-de-açúcar nos grandes latifúndios

próximos ao litoral. Suas relações de produção foram também escravistas. Embora estivesse mais concentrada no sul, a cafeicultura também penetraria nas regiões central e do norte.

Essa fase inicial em que o café substituíra a cana compreende, grosso modo, o período 1840-1860. Esses latifúndios, embora fossem de dimensão maior do que os das outras províncias cafeeiras, utilizavam pequena fração dessas propriedades.

Passado esse primeiro momento, e dado o prenúncio da crise no Vale do Paraíba, inicia-se uma corrente migratória do Rio de Janeiro e de Minas Gerais para o Espírito Santo em busca de suas terras devolutas. Deve-se assinalar que 85% das terras livres estavam nas mãos do governo provincial e que este, diante da exígua densidade econômica e populacional da província, desde cedo facultou a colonização e o acesso à terra.

Esse fluxo imigratório, que se manifesta a partir de 1860, concentrar-se-ia, basicamente, no sul, cultivando o chamado "café de encosta", por isso mesmo predatório e erosivo.

Ócupado o sul da província, o governo provincial passou a fomentar a instalação de *núcleos de colonização*, via imigração de europeus, possibilitados justamente pela grande oferta de terras públicas. Esta segunda fase ocorre principalmente na região central, entre 1870 e 1880, mas a imigração européia só ganharia maior vulto a partir de 1886.

A tabela 1 mostra a duplicação da produção cafeeira no Espírito Santo, entre 1876-1880 e 1881-1890, concomitantemente com a excepcional expansão que ocorria no Oeste Paulista, com a forte expansão em Minas Gerais e com o precipitar da crise no Vale do Paraíba.

Na década seguinte essa produção aumentou 66%, abaixo da paulista, mas aci-

ma da expansão mineira. A década seguinte, permeada pela grave crise cafeeira de 1897-1905, representaria aumento mais modesto na produção.

Note-se, pela tabela 2 que, a despeito de possuir plantel escravista equivalente a menos de 2% do total nacional, produzia 4% do total do café produzido pelas quatro províncias cafeeiras aqui estudadas. Avaliada em termos absolutos, contudo, essa produção era pequena e somente ao final da década de 1920 conseguiria atingir a cifra de um milhão de sacas.

Remarquemos os seguintes pontos básicos desta etapa.

A estrutura fundiária era "dual" só na aparência. Nos núcleos coloniais, o estatuto era o da pequena propriedade. No latifúndio, embora fosse grande sua dimensão, era pequeno seu espaço efetivamente utilizado. Predominou, portanto, a pequena dimensão dos estabelecimentos cafeeiros.

O regime de trabalho no latifúndio era o escravista. Era camponês nos núcleos coloniais, com produção de subsistência associada ao café.

Essas duas estruturas, a do tamanho e a das relações sociais de produção inibiram maior desenvoltura a essa cafeicultura. Acrescente-se a dependência que esse café tinha do porto do Rio de Janeiro por onde era exportado — e do capital mercantil sediado no antigo Distrito Federal, que lhe comandava a comercialização e o financiamento.

Com o advento da Abolição, a transição não se deu na direção do trabalho assalariado. Nos núcleos coloniais, evidentemente, nada tinha que se alterar. No latifúndio escravista, expandir-se-ia o sistema de parceria que, contudo, graças à grande oferta de terras públicas, não se generalizou.

Chegada a crise cafeeira de 1897-1905, o retalhamento do latifúndio foi inevitável. A cultura cafeeira, ali, foi em parte substituída pela cana-de-açúcar, pela pecuária e pelas culturas de subsistência.

A expansão dessa cafeicultura foi lenta nas duas primeiras décadas deste século, retomando ímpeto maior na década de 1920, graças tanto ao apoio das políticas de valorização da cafeicultura quanto a algumas melhorias na infra-estrutura e na comercialização.

Com efeito, a ligação ferroviária da capital (Vitória) com o sul, concluída desde 1910, sofreu um reequipamento e algumas construções rodoviárias complementares possibilitaram que a maior parte do café produzido no sul pudesse então ser escoado pelo porto de Vitória. Este, com as melhorias feitas em 1924, e com a expansão da Estrada de Ferro Vitória — Minas, passava a exportar também parte do café mineiro.

Evidentemente, o deslocamento do fluxo cafeeiro, do porto do Rio de Janeiro para o de Vitória, deslocaria também os interesses do capital mercantil sediado fora. De um lado, as economias cafeeiras camponesa e da parceria só permitiam estreita base de acumulação local, desconcentrada. De outro lado, o capital mercantil sediado no antigo Distrito Federal não aceitaria perder o controle dos negócios daquela mercadoria cotada em Nova York como o "Vitória Tipo 7".

Assim sendo, a estrutura de comercialização e de financiamento que surge em Vitória teria a presença de duas casas comissárias do Rio de Janeiro, e, muito abaixo do tamanho destas, várias casas comerciais de reduzido porte, de propriedade de capitais locais.

Como se vê, também no Espírito Santo a transição não fez surgir uma economia de base assalariada. Sua dependência, até meados da década de 1920, do porto do

TABELA 3

**PARTICIPAÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO**  
 – população total –  
 (em percentagem)

	SP	RJ <sup>(*)</sup>	MG	ES	Demais	Brasil
1872	8,4	10,7	20,5	0,8	59,6	100,0
1900	13,1	10,0	20,6	1,2	55,1	100,0
1920	15,0	8,9	19,2	1,5	55,4	100,0
1939	17,4	8,6	16,4	1,9	55,6	100,0
1939 P. Urbana	24,6	17,2	13,2	1,2	43,8	100,0

Nota: (\*) Compreende o antigo Estado do Rio de Janeiro e o antigo Distrito Federal.

Fonte: Censos Demográficos.

Rio de Janeiro e sua mantida subordinação ao capital mercantil sediado fora também ajudaram a impedir a constituição de um verdadeiro complexo cafeeiro.

#### Indústria e Agricultura

De rarefeita densidade demográfica, a província do Espírito Santo contava, em 1872, com 82 mil habitantes, dez vezes menos do que a despovoada província de São Paulo. Entre 1872 e 1940, sua população quase decuplicava, mas sua capital, que naquela data contava com 16 mil habitantes, passaria, em 1940, a ter apenas 45 mil.

Enquanto sua população total, em 1940, perfazia 1,9% do total do País, seu contingente urbano alcançava apenas 1,2%. Em suma, a expansão se dera, basicamente no campo, gerando escassa e dispersa urbanização.

Certamente, esse fato, além da problemática de sua economia cafeeira, não propiciou a gestação de vínculos que possibilitassem a expansão de mercados estimuladores de uma diversificação agrícola e industrial.

Efetivamente, se excluía a produção

cafeeira, a produção de suas lavouras, em 1919, baixava de 2,7% para 1,0% do total nacional, demonstrando o baixo peso do restante de sua agricultura mercantilizada.

Diante desse quadro, não se poderia esperar melhor sorte para sua agricultura, diante da crise de 1929: os 2,7% da participação de suas lavouras, no total nacional em 1919, cairiam para 1,9% em 1939; o total de sua produção agropecuária, que em 1919 perfazia 2,4% do total nacional, em 1939 baixara a 1,8%. Essa queda relativa só não foi maior (ver tabela 4) justamente porque se pôde expandir a extração madeireira, ao Norte, e porque houve substituição parcial do café pela pecuária leiteira no Sul.

Sua incipiente indústria não teria, igualmente, melhor destino, em que pese uma precoce ação promotora de seu governo estadual.

Data de 1892 essa primeira incursão da "política industrial". O governo, através da concessão de empréstimos hipotecários e de garantia de juros elabora projetos para a implantação de uma usina de açúcar, uma tecelagem de algodão, uma fábrica de papel e uma tecelagem de meias. Destes, só o último foi implantado.

Em 1906 nova tentativa é feita, sem sucesso. Em 1908, o governo de Jerônimo Monteiro retoma a questão e concede os seguintes incentivos: energia e terrenos grátis, isenção de impostos e adiantamento de capitais. A coleção de projetos é reformulada e é tentada, em 1911, a implantação de um conjunto de projetos integrados em Cachoeiro do Itapemirim, no sul. Dessa coleção faziam parte projetos de indústria de cimento (que só entraria em operação em 1925); uma de papel, uma de óleos vegetais e outra de serraria, que, ao que se sabe, não entraram em operação; uma de açúcar, uma de tecidos e outra hidroelétrica que, embora sofressem vários percalços, chegariam a funcionar, ainda que precariamente. Esses projetos, que sofreram várias interrupções, foram conduzidos pelos recursos do governo estadual, que tinha no café sua principal fonte de renda.

Além desses projetos, foram exíguas as implantações industriais durante a Primeira República. A bem da verdade, o beneficiamento do café e uma fábrica têxtil representavam a maior parcela da produção industrial do estado.

Os censos industriais mostram bem essa precária formação industrial: em 1907 a indústria capixaba detinha a irrisória fração de 0,1% da produção nacional; embora o salto em 1919 fosse acentuado, quando passou para 0,7% não seria suficiente para impedir sua queda relativa em 1939, quando caiu para 0,4%. Contudo, é bom lembrar que em que pese isso, o crescimento real dessa produção industrial, entre 1919 e 1939 foi da média anual de 3,6%, próxima à do antigo Estado do Rio de Janeiro, que cresceu a 4,2%.

#### 4. O Complexo Cafeeiro de São Paulo

##### O Complexo Cafeeiro Escravista

A precipitação da crise da cafeicultura do Vale do Paraíba forçou a expansão

dessa cultura no Espírito Santo, em Minas Gerais e no Oeste Paulista. A cafeicultura escravista em São Paulo, antes dessa onda expansiva, contava, por volta de 1875, com um estoque de cerca de 106 milhões de cafeeiros produtivos. Aquela onda expansiva, que buscava as terras virgens e mais férteis do Oeste Paulista plantou, entre 1876 e 1883, mais 105 milhões de cafeeiros, duplicando a capacidade produtiva.

Quando maduraram esses cafeeiros, a produção paulista já teria saltado de 16% para cerca de 25% da produção nacional. As terras então penetradas não eram apenas mais férteis. Sua oferta era ampla, sua topografia melhor. Isto permitiu, inclusive, melhorias técnicas nessa cultura, com a introdução do arado e da máquina carpeira.

Melhor fertilidade do solo, idade mais nova do cafezal e técnica mais avançada resultaram em lucros crescentes para essa cafeicultura. Quer dizer: enquanto a cafeicultura do Vale do Paraíba crescia a custos crescentes, renunciando sua agonia, e as de Minas Gerais e do Espírito Santo também cresciam, sem contudo ensejar melhores transformações, a do Oeste Paulista crescia a custos decrescentes.

A interiorização do café em São Paulo se defrontaria, inexoravelmente, com os proibitivos custos de transporte. Contudo, a introdução da ferrovia não só solucionou esse problema como também converteu-a em verdadeira desbravadora de terras. Em suma, era empresa capitalista — inserida nessa economia escravista —, que ao mesmo tempo em que reduzia os custos do café, aumentando-lhe os lucros, era, ela mesma, empresa altamente lucrativa.

Em 1867 a ferrovia atingia Jundiaí, ligando-a a Santos; em 1872, chegava a Campinas, em 1875, a Mogi-Mirim e a Amparo, em 1876, a Rio Claro, em 1878,

a Casa Branca e em 1883, a Ribeirão Preto.

A introdução da máquina de beneficiamento na cafeicultura paulista, além de poupar mão-de-obra, também reduziu os custos, aumentou sua produtividade e os lucros.

Ambas, ferrovia e máquinas de beneficiamento, aumentando os lucros da cafeicultura, possibilitavam a esta uma crescente dinâmica de acumulação. Mas, o que significava acumular capital nessa economia, anterior à transição ao trabalho livre? Significava que os lucros, atendidas as necessidades de capital das principais ferrovias — de propriedade dos fazendeiros e comerciantes de café de São Paulo —, de melhorias de caminhos e de infraestrutura, eram ainda grandes e induziam a novas e maiores expansões do plantio.

Aumentar o plantio, contudo, significava incorporar mais terras e mais mão-de-obra. A ferrovia havia eliminado as maiores barreiras à oferta de terras. Contudo, a cessação do tráfico negreiro e o aumento vertiginoso de seus preços poria em xeque a acumulação cafeeira.

Para superar o impasse, a burguesia cafeeira teve de buscar uma solução. E esta viria através da imigração européia. Não uma imigração como a vinda para a colonização do Sul ou a do Espírito Santo, mas sim a de homens despossuídos, que pudessem ser submetidos ao capital cafeeiro.

Deve-se notar que efetivamente a expansão cafeeira escravista em São Paulo teve fôlego curto. A duplicação do cafezal, entre 1876 e 1883, implicava que as colheitas, a partir de 1881, reclamassem mais braços. Contudo, o plantel escravista em São Paulo manteve-se, entre 1873 e 1883, em torno de 174.000 escravos. No mesmo período, o número de imigrantes europeus saltava de 11.000 para 33.000,

solucionando em grande parte o momentâneo problema.

Assim sendo, o café escravista de São Paulo, além de solucionar sua própria infra-estrutura — com exceção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, de propriedade inglesa — promoveu a transição para o trabalho assalariado, através da imigração européia. O ano de 1886 é o marco dessa transição, dado que a partir dele, a expansão cafeeira estava totalmente assegurada pelo trabalho assalariado.

### O Complexo Cafeeiro Capitalista

O novo café do Oeste Paulista havia, portanto, não apenas solucionado sua questão fundamental, a da mão-de-obra. Fizera muito mais do que isso. Subordinando efetivamente o trabalho, implantou, com isso, as bases da economia cafeeira capitalista. Ao criar seu mercado de trabalho, criou também "sobras", que permitiriam o nascimento do mercado de trabalho urbano em São Paulo.

Ao instituir o "colonato", ensejou ainda a criação de um amplo mercado de bens-salário, do qual a futura indústria e agricultura mercantil se ocupariam mais tarde.

Os altos lucros imprimiram força à acumulação e o novo plantio de 1886 a 1897 totalizaria mais 465 milhões de cafeeiros, triplicando o estoque de 1883. A produção saltaria, vertiginosamente, das 925 mil sacas da média de 1876-1880, para 2,1 milhões na média anual de 1881-1890. A partir desse momento, lideraria a produção nacional.

Essa colossal expansão do plantio faria com que a produção na primeira década republicana mais que duplicasse e quase dobrasse na segunda. Isto gerou enorme descompasso entre a oferta e a demanda internacional, que culminaria na grave crise de 1897-1905, com acentuada queda de seus preços. A partir desse momento, a

cafeicultura paulista pouco aumentaria seu plantio, salvo entre 1911-1913, paralisado pela Primeira Guerra, retomando-o vigorosamente a partir de 1922.

Não é objetivo destas notas discutir as políticas de valorização efetuadas em 1906, 1917, 1921-1923 e a instituição da "Política de Defesa Permanente", a partir de 1925. Contudo, cabe aqui ao menos lembrar que a ação do Estado — tanto do federal quanto do estadual — foi decisiva para fixar os rumos dessa dinâmica econômica.

À sombra dessa política econômica, os altos preços empurraram fortemente a acumulação, não só em São Paulo, mas também nas demais regiões cafeeiras. O aumento das safras acumulando estoques invendáveis, e o azar de duas super-safras em 1927/28 e em 1929/30 fizeram ruir a política de sustentação, pouco antes da eclosão da crise internacional de 1929. Com ela ruía a "hegemonia" cafeeira, e o País sofreria substancial transformação em sua dinâmica de desenvolvimento.

Entendamos agora a constituição e a dinâmica desse complexo. Ao exportar seu produto, o café gerava não apenas as divisas, necessárias à importação dos alimentos para sua força de trabalho, mas também de todos os bens-salários necessários, e dos bens de produção reclamados por todas as atividades rurais e urbanas. Ao permitir isso, o café supria, portanto, a ausência, na Nação, de um departamento produtor de bens de produção. Isto só seria afetado no momento em que as crises cambiais afetassem gravemente a capacidade para importar.

A realização de sua produção ensejou o surgimento de muitas atividades dinâmicas: a ferrovia, o porto, estradas, construção civil, indústria, bancos, comércio etc., que eram nucleados pelo café. Eram, portanto, os segmentos secundários do complexo.

O capital mercantil que comandava a comercialização e o financiamento à produção do café, que denominamos de "capital cafeeiro", a partir de um certo momento desta dinâmica de acumulação passa a se desdobrar em várias caras, dando surgimento a formas embrionárias de capital agrário, industrial, bancário, comercial, financeiro etc.

Esses desdobramentos — melhor diria vazamentos de lucros da produção/comercialização em direção aos outros segmentos do complexo — se deram tanto nos períodos de auge como de depressão do café. No auge, porque a "acumulação financeira ficava acima da real". Na depressão porque, mesmo suspenso o plantio ainda havia lucros em excesso nos setores mais produtivos da cafeicultura. Desde que alguns segmentos oferecessem uma certa rentabilidade, atrairiam aqueles capitais.

Assim, o capital cafeeiro teve fôlego bastante para empreender a parte maior de seu parque ferroviário. Fez surgir importantes bancos nacionais que entre a Primeira Guerra e o final da década de 1920 sobrepujaram largamente os bancos estrangeiros sediados em São Paulo.

Sua mescla em busca de terras virgens deixava margem a que o acesso às "terras velhas" fosse facilitado para a prática de uma agricultura mercantil produtora de alimentos e de matérias-primas. Por outro lado, havia sido o café que criara mercados urbanos amplos para essa agricultura.

É claro que o aumento da proteção tarifária a partir do início do século também nisto colaborou. Mas foi principalmente em São Paulo que essa agricultura se expandiu e diversificou. Já durante a primeira década deste século, São Paulo produzia internamente os alimentos simples que antes importava.

Emparelhada com o café, essa agricultura cresceu e se diversificou. Chegada a

TABELA 4

PARTICIPAÇÃO REGIONAL DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA  
(em percentagem)

	Lavouras		Animal		Extrativa		Total	
	1919	1939	1919	1939	1919	1939	1919	1939
São Paulo	28,8	31,2	8,3	12,2	3,8	9,3	25,4	25,1
Rio de Janeiro <sup>(*)</sup>	5,7	3,8	2,3	3,2	1,7	2,7	5,2	3,6
Minas Gerais	20,4	13,5	29,4	23,6	4,4	9,7	21,0	16,8
Espírito Santo	2,7	1,9	0,6	1,6	1,2	1,7	2,4	1,8
Demais Regiões	42,4	49,6	59,4	59,4	88,9	76,6	46,0	53,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: (\*) Compreende o antigo Estado do Rio de Janeiro e o antigo Distrito Federal

Fonte: Censos Agrícolas

“crise de 1929”, ela assumiria papel destacado no processo de crescimento e diversificação econômica. Estava com as bases prontas para “substituir” as importações regionais do algodão e do açúcar, que passavam a ser produzidas em São Paulo em avançadas bases técnicas.

Não é por outra razão que sempre insistimos em demonstrar que São Paulo “não era apenas café”. Sua agricultura, em 1919, já era a mais tecnificada do País. Descontada do total nacional e paulista a produção cafeeira, suas lavouras perfaziam 24% do total nacional, e o total do setor agrícola chegava a 21%. É bom lembrar que São Paulo detinha apenas 15% da população do País. Suas lavouras, exclusive a do café, produziam pouco mais do que as de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo somadas, ou do que a do conjunto dos três estados sulinos.

Sua capacidade de expansão diversificada e de superação da crise cafeeira pode ser vista no confronto entre os censos de 1919 e de 1939. Suas lavouras entre aqueles anos representavam 28,8% e 31,2%, respectivamente, do total nacional; sua produção de origem animal, saltava também, de 8,3% para 12,2%; no conjunto da

produção agropecuária, mantinha, praticamente, sua participação de 1/4 do total nacional.

A indústria, desde a primeira década do atual século, mostrava excepcional dinamismo. Suas principais implantações são posteriores a 1886: do total declarado no censo de 1907, o capital investido entre 1887 e 1907 perfazia 75%.

Dali em diante, transcorreria o grande *boom* 1907-1913, com o que, crescendo à frente de sua própria demanda e das demais indústrias do País, pôde enfrentar o mercado nacional durante o forte abalo de suprimento externo causado pela Primeira Guerra. Dos 15,9% da produção nacional em 1907, quando então só ficava atrás do antigo Distrito Federal (que detinha 30,2%), saltaria para 31,5% em 1919. A partir desse momento, selaria a sorte do processo de concentração industrial no País.

A década de 1920, em que pese suas crises e percalços da política econômica, possibilitou nova e elevada investida no aumento de sua capacidade produtiva industrial, novamente à frente das demais regiões e da expansão do próprio mercado paulista. Este novo aumento de capacidade, no entanto, não significava mera adi-

TABELA 5  
VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

	Participação Regional (%)			Taxa Média anual do crescimento real entre 1919 e 1939 (%)
	1907	1919	1939	
São Paulo	15,9	31,5	45,4	7,0
Ric de Janeiro	7,6	7,4	5,0	4,2
Antigo D. Federal	30,2	20,8	17,0	5,7
Minas Gerais	4,4	5,6	6,5	7,5
Espírito Santo	0,1	0,7	0,4	3,6
Demais	41,8	34,0	25,7	...
Brasil	100,0	100,0	100,0	5,7

Fontes: Censos Industriais; Taxas de Crescimento: CANO (1981).

ção quantitativa. Sua estrutura industrial alcançava, no final da década de 1920, importante grau de diversificação no setor de bens-salário e já introduzira um embrião setor de bens de produção.

Desta forma, à crise de superacumulação cafeeira somava-se outra, de superacumulação industrial, ambas ditadas pelo complexo cafeeiro paulista.

São conhecidos os passos em que ambas se desenrolam. São também conhecidos os passos da política econômica da recuperação da crise cafeeira. Resumidamente, o Estado, ao implantar essa política e ao sofrer o violento desequilíbrio externo, mudou os rumos de nossa história. Reservou o mercado interno para aquela capacidade produtiva ociosa e a recuperação não demorou a chegar. Já em 1933 — antes de qualquer outra nação atingida pela crise internacional — recuperávamos o nível da produção de 1928 e atravessaríamos os anos trinta, um dos períodos de maior ritmo de crescimento econômico.

A crise, contudo, ao ser superada desencadeou outro processo, de mais amplas repercussões: deu início à integração do mercado nacional, para a qual, inquestionavelmente, os antigos segmentos secundários do complexo cafeeiro haviam se preparado. A indústria paulista lideraria essa

integração e avançaria sua concentração sobre o total da produção industrial do País, que dos 31,5% verificados em 1919, saltaria para 45,4% em 1939. Sua taxa média anual de crescimento, entre esses anos, foi de 7,0%, ligeiramente acima da média nacional (5,7%).

Em resumo, o complexo cafeeiro se constituiu plenamente em São Paulo a a partir de sua própria superação como anterior instituição escravista. Fez nascer a economia capitalista calçada ainda na economia cafeeira. Esta, contudo, nem teve a estrutura fundiária do latifúndio, nem a da pequena propriedade camponesa. Sua estrutura tipificou-se como média.

O assalariamento do café e a grande massa humana nele empregada também nos seus segmentos urbanos propiciaram considerável mercado de bens-salário, reforçado por um perfil distributivo de renda não muito concentrador.

A grande massa de excedente ali gerado teve sempre inúmeras oportunidades de alocação, o que foi feito neste transcurso, diversificando e expandindo a economia paulista à frente do restante do País, mesmo das demais regiões cafeeiras.

A acanhada cidade de São Paulo passava, nesse intervalo dos poucos 31 mil habitantes de 1872, para os 579 mil de

## REGIÕES CAFFEEIRAS

1920, atingindo 1,3 milhões em 1939. Embora o Estado de São Paulo compreendesse, em 1939, 17,4% da população total do País, seu contingente urbano aproxi-

mava-se de 1/4 do total nacional. Havia constituído, portanto, não apenas uma sólida agricultura, mas também uma importante economia urbana.

### Referências Bibliográficas

- CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo T.A. Queiróz, 1.<sup>a</sup> Reimpressão, 1983.
- Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil — 1930/1970. Campinas, Tese de Livre Docência apresentada à UNICAMP, 1981.
- CANO, W. & LUNA, F.V. A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Séc. XIX) — uma hipótese. *Cadernos IFCH-UNICAMP*, Campinas, 10/1983.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CARVALHO FRANCO, M. S. de. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, IEB-USP, 1969.
- FRAGA, C. C. Resenha histórica do café no Brasil. Boletim da Divisão de Economia Rural. Sec. da Agricultura do Est. de São Paulo, São Paulo, 10 (1), 1963.
- LIMA, J.H. *Café e Indústria em Minas Gerais — 1870/1920*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- MARTINS, R. B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG, 11/1980.
- MERRICK, T. W. & GRAHAM, D. H. *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981.
- NOGUEIRA DA COSTA, F. Bancos em Minas Gerais — 1889/1964. Dissertação de Mestrado apresentada à UNICAMP, 1978. 2v.
- ROCHA H. C. & COSSETTI, M. P. Dinâmica Cafeeira e Constituição de Indústrias no Espírito Santo — 1850/1930 — Vitória, UFES — Economia, 1983.
- STEIN, S. J. *Grandeza e decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- TAUNAY, A. de E. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, D. N. C. 1943, 15
- VIOTTI DA COSTA, E. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Difel, 1966.